

Anúncio n.º 8844/2010**Processo n.º 798/09.0TBLSA — Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)**Insolvente: J. Rosa Constroi, L.^{da}

Credor: Montael — Materiais de Construção e Representações, S. A. e outro(s)...

J. Rosa Constroi, L.^{da}, NIF — 504256637, Endereço: Casa Nova, Semide, 3220 Miranda do Corvo

Dra. Paula Peres, Endereço: R. Padre Américo, Edif. Marialva — 1.º J, 3780-236 Anadia

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada nos termos do disposto no art.º

230.º n.º 1 d) e 232 n.º 1 e 2.º do CIRE, por insuficiência de bens.

16-08-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. João Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Martinho*.

303649061

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOUSADA**Anúncio n.º 8845/2010****Processo: 1092/10.0TBLSA — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: José Joaquim Pinto de Sousa

Requerido: SOCOLOU — Sociedade de Construções de Lousada, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Lousada, 1.º Juízo de Lousada, no dia 20-08-2010, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

SOCOLOU — Sociedade de Construções de Lousada, L.^{da}, NIF: 502434333, com sede na Avenida da Agrela, n.º 310, Aveleda, 4620-017 Lousada com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

António Fernando Cardoso Gomes dos Reis, estado civil: Divorciado, NIF — 148292607, Endereço: Lugar de Agrela, N.º 310, Aveleda, 4620-017 Lousada

Augusto Soares de Sousa, estado civil: Casado, NIF — 125510799, Endereço: Lugar de Agrela, N.º 310, Aveleda, 4620-017 Lousada a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Cecília Sousa Rocha e Rua, Endereço: Rua S. Silveste, N.º 181-1.º, Sala 3, 4445-000 Ermesinde

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 20-10-2010, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação**Plano de Insolvência**

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data: 23-08-2010. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Manuel António Neves Moreira*. — O Oficial de Justiça, *Sérgio Lopes*

303653062

Anúncio n.º 8846/2010**Processo n.º 808/10.9TBLSA — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)**

Requerente: Paulo Fernando Andrade da Silva Moura

Insolvente: Lavelix — Acabamento de Têxteis Unipessoal L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Lousada, 1.º Juízo de Lousada, no dia 01-09-2010, ao meio dia, foi proferido despacho de complemento da sentença de declaração de insolvência do devedor:

Lavelix — Acabamento de Têxteis Unipessoal L.^{da}, Endereço: Parque Industrial Lousada — Pinheiro, Silvares, 4620-000 Lousada com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Fernando Teixeira e Sousa Carqueijeiro, estado civil: Desconhecido (regime: Desconhecido), NIF 130305006, Segurança social — 11054608509, Endereço: Parque Industrial -Pinheiro -Silvares, Lousada, 4620-665 Lousada a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Rui Manuel Pereira de Almeida, Endereço: Rua 25 de Abril, 299-3.º Dtº Frente, 4420-356 Gondomar

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.